NESTA SEGUNDA-FEIRA

PREFEITURA CONVOCA MORADORES PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

FOTO: DIVULGAÇÃO

PREFEITO VANDER MASSON

ASSESSORIA

A Prefeitura Municipal convida os moradores dos núcleos Jardim Primavera II, Jardim São José, Vila Real, Núcleo Bosque Municipal, matrícula da área Rolanda Reese, matrícula da área da Gutierez e Jardim Mirante II para participarem da Audiência Pública sobre Regularização Fundiária Urbana (REURB) nesta segunda-feira, dia 22 de dezembro, às 19h, no Centro Cultural Pedro Alberto Tayano Filho.

A Regularização Fundiária Urbana é um instrumento previsto na Lei Federal nº 13.465/2017 e tem como objetivo garantir segurança jurídica às famílias, promover a organização do território urbano e permitir o reconhecimento legal dos imóveis ocupados. O processo está diretamente ligado ao direito à moradia, à dignidade das famílias, ao planejamento urbano e à valorização dos imóveis, sempre respeitando critérios técnicos, legais, sociais e ambientais.

> ***ESTAMOS FALANDO DE GARANTIR DIGNIDADE, SEGURANÇA JURÍDICA E TRANQUILIDADE***

O prefeito Vander Masson destacou que a Regularização Fundiária representa um avanço social para o município. "Estamos falando de garantir dignidade, segurança jurídica e tranquilidade para famílias que aguardam há anos pelo reconhecimento do seu imóvel. Esse é um compromisso da nossa gestão com quem mais precisa", afirmou.

A Prefeitura esclarece que a REURB não se limita à entrega de títulos de propriedade. O procedimento envolve diversas etapas, como estudos técnicos, levantamento social, elaboração de projeto urbanístico, análise jurídica e posterior registro em cartório, assegurando que todo o processo ocorra de forma legal e transparente.

Segundo o secretário Municipal de Planejamento Urbano e Inovação, Adão Leite, a participação da população é fundamental para o sucesso da Regularização Fundiária. "A Audiência Pública é o momento em que o morador pode entender todo o processo, tirar dúvidas e acompanhar de perto como a regularização será feita. Nenhuma decisão é tomada sem diálogo e transparência", explicou.

O Município reforça que todas as ações seguem rigorosamente a legislação vigente e as normas técnicas, garantindo segurança jurídica tanto para os moradores quanto para a administração pública. A transparência e o diálogo com a comunidade são princípios que orientam todo o processo de Regularização Fundiária.

FOTO: DIVULGAÇÃO

CHAMADA PARA AUDIÊNCIA REALIZADA EM COLETIVA

REURB

Moradores do Joaquim do Boche são convidados para audiência pública nesta terça-feira

FABÍOLA TORMES HOMSI / REDAÇÃO DS

Dando andamento ao processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB), a Prefeitura de Tangará da Serra realiza nesta terça-feira, dia 23, uma audiência pública no Distrito do Joaquim do Boche. O encontro acontecerá às 18h, no salão da igreja católica, e tem como objetivo orientar e envolver a comunidade no processo de regularização de aproximadamente 350 lotes da área urbana.

"Estamos aqui também para convidá-los para uma segunda audiência pública na terça-feira, às 18h", convida o prefeito Vander Masson, ao reforçar o convite à população local e destacar a importância da participação dos moradores.

"Estaremos lá nesta terça-feira, juntamente com o prefeito Vander Masson, secretário Adão [secretário Municipal de Planejamento Urbano e Inovação, Adão Leite] e toda a equipe para fazer a regularização do Distrito. A parte rural já aconteceu, todas aquelas propriedades já foram tituladas e agora chegou a vez dos moradores da área urbana", destaca o secretário municipal de Agricultura, Alceu Grapéggia, ao lembrar que a demanda pela regularização urbana partiu dos próprios moradores. "Trouxe essa solicitação ao prefeito, que nos pediu que fossemos viabilizando recursos para que isso acontecesse".

> ***SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA NA TERÇA-FEIRA, ÀS 18H***

O Distrito Joaquim do Boche é uma das primeiras comunidades de Tangará da Serra e, com a regularização fundiária urbana, os moradores poderão ter segurança jurídica sobre seus imóveis. A expectativa da administração municipal é que já em janeiro tenha início o processo de regularização, que envolve diversas etapas, como estudos técnicos, levantamento social, elaboração de projeto urbanístico, análise jurídica e posterior registro em cartório, garantindo que todo o procedimento ocorra de forma legal e transparente.